

**HABEAS CORPUS Nº 524.928 - SP (2019/0227743-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **FABIO ROGERIO DONADON COSTA**  
**ADVOGADO** : **FABIO ROGERIO DONADON COSTA - SP338153**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **RUAN FELIPE FERREIRA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RUAN FELIPE FERREIRA DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado ao cumprimento da pena de 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime de tráfico ilícito de drogas, porque "trazia consigo 01 (um) invólucro que em seu interior havia 09 (nove) porções a granel de maconha, com peso líquido de 386,77 gramas" (e-STJ fl. 476).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 496):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. Sentença condenatória e manutenção da prisão preventiva. Pedido sustentado na alegação de que não estariam presentes os requisitos da custódia cautelar. Constrangimento ilegal não verificado. Riscos concretos de que, solto, o paciente voltará a delinquir ou de fuga diante de longa pena a cumprir. Requisitos da constrição cautelar se encontram presentes no caso em análise, sendo necessária a manutenção da prisão Inteligência do artigo 313, I do CPP. Necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, na medida em que o paciente demonstra estar alheio às regras de convivência em sociedade. Além disto, não houve alteração fática em relação aos fatos que ensejaram a decretação da preventiva, justificando-se a constrição cautelar, ainda mais agora diante de condenação em primeiro grau. Decisão de primeira instância bem fundamentada. Ordem denegada.*

Na presente impetração a defesa assere que o paciente faz jus ao recurso

# Superior Tribunal de Justiça

em liberdade, bem como que há manifesto excesso de prazo em desfavor do paciente.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 503/505.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (e-STJ fls. 546/559).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência, em 1º/11/2019, do julgamento do apelo defensivo, tendo ocorrido o trânsito em julgado da condenação em 21/11/2019.

Assim, fica sem objeto este remédio constitucional, já que não se está mais diante de custódia cautelar, mas sim de efetivo cumprimento de pena.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus* e, consequentemente, o pedido de reconsideração manejado às e-STJ fls. 563/566.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator